



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10880-042.002/90-73

2.º	PUBLICADO NO D. O. J. De 11/11/93
C	
C	
	Rubrica

Sessão de 24 de março de 1993 ACORDÃO N° 203-00.290

Recurso n° 90.424

Recorrente BATTISTELLA TRADING S/A COMERCIO INTERNACIONAL

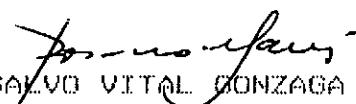
Recorrida DRF EM SÃO PAULO - SP

ITR - LANÇAMENTO - É de se manter o lançamento do imposto contra o qual não se comprovar qualquer irregularidade de fato ou de direito. **Recurso negado.**

Vistos, relatados e discutidos os presentes autos de recurso interposto por BATTISTELLA TRADING S/A COMERCIO INTERNACIONAL.

ACORDAM os Membros da Terceira Câmara do Segundo Conselho de Contribuintes, por unanimidade de votos, em negar provimento ao recurso.

Sala das Sessões, em 24 de março de 1993.


ROSAIVO VITAL GONZAGA SANTOS - Presidente


SÉRGIO AFANASYEFF - Relator


DALTON MIRANDA - Procurador-Representante
da Fazenda Nacional

VISTA EM SESSÃO DE 14/05/1993

Participaram, ainda, do presente julgamento, os Conselheiros RICARDO LEITE RODRIGUES, MARIA THEREZA VASCONCELLOS DE ALMEIDA, MAURO WASILEWSKI, TIBERANY FERRAZ DOS SANTOS e SEBASTIÃO BORGES TAGUARY.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo nº: 10.880-042.002/90-73

Recurso nº: 90.424

Acórdão nº: 203-00.290

Recorrente: BATTISTELLA TRADING S/A COMERCIO INTERNACIONAL

375

R E L A T O R I O

A Recorrente impugnou o ITR/90, em 29/11/90, pelo fato de a Fazenda Limeira, localizada no Município de São Sebastião, Estado de São Paulo, objeto do lançamento, não ser mais de sua propriedade, por ter sido desapropriada pelo governo do Estado de São Paulo.

Consultado o INCRA, assim se manifestou aquela Autarquia, *verbis*:

"Trata o presente de impugnação contra o exercício de 1990, por tratar-se de área localizada em local totalmente abrangido pelo PARQUE ESTADUAL DA SERRA DO MAR.

A Isenção do ITR para as Áreas de Preservação Permanente está prevista nos termos dos artigos 3º e 5º da Lei nº 5868/72, e disciplinada pela Instrução Especial INCRA nº 08/75, assim sendo, a mesma deverá ser requerida através de requerimento específico e declaração para cadastro de imóvel rural - DP, até o dia 31.12 do corrente ano para gozar de Isenção do ITR no ano subsequente.

Consultamos nossos arquivos e não localizamos pedido de Isenção para o referido exercício (1990).

Face o exposto, entendemos ser improcedente o pedido de impugnação."

Com base nessa informação, a Autoridade de Primeiro Grau assim ementou sua decisão:

"ITR - A isenção do ITR deve ser solicitada ao INCRA, através de requerimento específico, e o pedido deverá ser renovado anualmente pelo interessado, até 31 de dezembro do ano anterior ao lançamento do imposto.

IMPUGNAÇÃO INDEFERIDA." *h*



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10.880-042.002/90-73
Acórdão no 203-00.290

No seu recurso voluntário, a Defendente alegou que, em sua impugnação, informou não ser mais proprietária do imóvel objeto do lançamento do ITR/90, pelo fato de o mesmo ter sido desapropriado pelo Governo do Estado de São Paulo, tendo o julgador em Primeiro Grau entendido que, por ter sido o imóvel objeto de desapropriação, a Recorrente estaria pleiteando o benefício da isenção do ITR.

É o relatório.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "HENRIQUE GÓES", is placed next to the text "É o relatório." The signature is fluid and cursive.



MINISTÉRIO DA ECONOMIA, FAZENDA E PLANEJAMENTO

SEGUNDO CONSELHO DE CONTRIBUINTES

Processo no 10.880-042.002/90-73
Acórdão no 203-00.290

327

VOTO DO CONSELHEIRO-RELATOR
SERGIO AFANASIEFF

A Recorrente não apresenta prova alguma de que não é mais a detentora da posse do imóvel e nem tampouco apresentou prova alguma que se refira propriamente a ela, da desapropriação de seu imóvel pelo Governo do Estado de São Paulo.

Segundo o Art. 29 do CTN, o ITR tem como fato gerador a propriedade, o domínio útil ou a posse de imóvel por natureza, como definido na lei civil, localizado fora da zona urbana do Município.

Assim sendo, nego provimento ao recurso voluntário.

Sala das Sessões, em 26 de março de 1993.

A handwritten signature in black ink, appearing to read "Sérgio Afanásieff".

SÉRGIO AFANASIEFF